

IX ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

GÊNERO, SEXUALIDADES E DIREITO I

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria - CONPEDI

Presidente - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Naspolini - FMU - São Paulo

Diretor Executivo - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC - Santa Catarina

Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa - Pará

Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG - Goiás

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos - Rio Grande do Sul

Vice-presidente Sudeste - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio - Rio de Janeiro

Vice-presidente Nordeste - Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP - Pernambuco

Representante Discente: Prof. Dr. Abner da Silva Jaques - UPM/UNIGRAN - Mato Grosso do Sul

Conselho Fiscal:

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara - SKEMA/ESDHC/UFMG - Minas Gerais

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UFERSA - Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Fernando Passos - UNIARA - São Paulo

Prof. Dr. Edinilson Donisete Machado - UNIVEM/UENP - São Paulo

Secretarias

Relações Institucionais:

Prof. Dra. Claudia Maria Barbosa - PUCPR - Paraná

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA - Bahia

Profa. Dra. Daniela Marques de Moraes - UNB - Distrito Federal

Comunicação:

Prof. Dr. Robison Tramontina - UNOESC - Santa Catarina

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS - Sergipe

Relações Internacionais para o Continente Americano:

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM - Rio Grande do sul

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto - UPM - São Paulo

Relações Internacionais para os demais Continentes:

Profa. Dra. Gina Vidal Marcilio Pompeu - UNIFOR - Ceará

Profa. Dra. Sandra Regina Martini - UNIRITTER / UFRGS - Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Maria Claudia da Silva Antunes de Souza - UNIVALI - Santa Catarina

Educação Jurídica

Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr - Unicuritiba - PR

Prof. Dr. Rubens Beçak - USP - SP

Profa. Dra. Livia Gaigher Bosio Campello - UFMS - MS

Eventos:

Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - FDF - São Paulo

Profa. Dra. Norma Sueli Padilha - UFSC - Santa Catarina

Prof. Dr. Juraci Mourão Lopes Filho - UNICHRISTUS - Ceará

Comissão Especial

Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim - UFRJ - RJ

Profa. Dra. Maria Creusa De Araújo Borges - UFPB - PB

Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta - Fumec - MG

Prof. Dr. Rogério Borba - UNIFACVEST - SC

G326

Gênero, sexualidades e direito I [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI

Coordenadores: Silvana Beline Tavares; Tatiana Stroppa; Fabrício Veiga Costa – Florianópolis: CONPEDI, 2026.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5274-571-2

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: Constituição, Processo e Justiça Social: o papel da jurisdição constitucional na efetivação de direitos

2. Gênero. 3. Sexualidades e direito. IX Encontro Virtual do CONPEDI (2: 2026: Florianópolis, Brasil).

CDU: 34



Conselho Nacional de Pesquisa
e Pós-Graduação em Direito Florianópolis
Santa Catarina – Brasil
www.conpedi.org.br

IX ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

GÊNERO, SEXUALIDADES E DIREITO I

Apresentação

TEXTO DE APRESENTAÇÃO

É com grande satisfação que apresentamos esta obra coletiva, fruto das ricas discussões ocorridas no âmbito do GT 44 – Gênero, Sexualidades e Direito I, durante o IX Encontro Virtual do CONPEDI, realizado de 22 a 26 de junho de 2026. Sob a coordenação precisa dos professores Dr. Fabrício Veiga Costa (Universidade de Itaúna - MG), Dra. Silvana Beline Tavares (Universidade Federal de Goiás) e Dra. Tatiana Stroppa (Centro Universitário de Bauru – ITE), o grupo de trabalho consolidou-se como um espaço fundamental de resistência teórica, no qual o Direito é tensionado a responder pelas dores, lutas e complexidades que atravessam as relações de gênero e sexualidade na contemporaneidade.

Os capítulos que integram este volume não se limitam à reprodução de dogmáticas tradicionais; eles propõem um mergulho crítico e transdisciplinar em temas que desafiam as instituições brasileiras. Convidamos você, leitor, a percorrer cada uma dessas reflexões, estruturadas para desconstruir preconceitos e apontar caminhos para a real igualdade material.

O artigo "Interseccionalidade e o mito do amor materno: desafios institucionais no atendimento à mulher na entrega voluntária para adoção", de José Mauro Garboza Junior, Francisco da Silva Reis Filho e Pamala Semxexem, abre nossas reflexões questionando as barreiras morais e a herança colonial que estigmatizam as mulheres que optam pela entrega voluntária. Sob a lente do feminismo decolonial, os autores demonstram como a fiscalização do Estado pune desproporcionalmente mães negras e pobres, transformando um direito legal em uma suposta falha moral.

Avançando para o cenário virtual, o texto "Imagem, consentimento e controle: o desafio da proteção das mulheres nas redes sociais no Brasil", escrito por Luana Cruz de Araújo, Paulo Gabriel Gil Batista Melgueiro e Thiago Augusto Galeão De Azevedo, joga luz sobre o avassalador impacto do revenge porn, do sexting e das deepfakes. O capítulo convida o leitor a compreender como as redes reproduzem o controle histórico sobre o corpo feminino, evidenciando as limitações práticas na remoção de conteúdos e propondo soluções voltadas à educação digital e à sororidade online.

Em uma densa abordagem criminológica, o artigo "Perspectiva crítica sobre o Direito Penal no combate à violência de gênero e reflexões sobre o punitivismo", desenvolvido por Eduarda Vitoria Ortolan e Alessandra Brustolin, questiona a eficácia de legislações de emergência, como o recente Pacote Antifeminicídio (Lei nº 14.994/2024). As autoras desmistificam a ilusão punitiva e defendem, com brilhantismo, que a erradicação da violência letal contra as mulheres exige a superação do foco no encarceramento posterior e o investimento real em políticas públicas preventivas e interdisciplinares.

O texto "Injustiça epistêmica testemunhal e denúncia caluniosa: a desproporcionalidade punitiva diante da retratação coercitiva da mulher em situação de violência doméstica e familiar", de autoria de Rafael da Silva Melo Glatzl e Keylla dos Anjos Melo Glatzl, introduz um conceito teórico sofisticado e urgente. Os pesquisadores demonstram como o sistema de justiça opera uma violência de segunda ordem quando usa a retratação de uma vítima — frequentemente produzida sob severa coerção relacional — para imputar-lhe o crime de denúncia caluniosa, violando tratados internacionais e garantias constitucionais.

No campo das soluções procedimentais, o capítulo "Mecanismos tecnológicos de proteção às mulheres vítimas de violência doméstica e a efetividade da tutela jurisdicional", assinado por Karem Livia Miranda De Carvalho e Tereza Rodrigues Vieira, examina a interseção entre o aparato normativo e a inovação tecnológica. Por meio da análise de instrumentos práticos

demonstrando que a baixa presença desse grupo nas universidades resulta de violências estruturais iniciadas na educação básica e que o ingresso formal precisa ser amparado por políticas institucionais de permanência e reconhecimento.

Mergulhando no ecossistema discursivo digital da extrema-direita e do neoconservadorismo, o texto "A gramática do ódio: necropolítica de gênero e a monetização do ressentimento na machosfera brasileira", elaborado por Bruna de Oliveira Andrade, Joice Graciele Nielsson e Igor Felipe Bergamaschi, analisa léxicos como Red Pill, Alpha e Beta. A pesquisa revela uma perturbadora engrenagem em que as plataformas digitais lucram com o engajamento polarizado, transformando o "mito da vitimização masculina" em um ativo financeiro que fomenta a pedagogia do terror contra minorias.

A realidade carcerária é densamente problematizada no artigo "Segregação prisional: a situação de mulheres transgênero no sistema penitenciário brasileiro", escrito por Rosemara Unser, Joana Silvia Mattia e Joice Graciele Nielsson. A partir de um método teórico-dedutivo, as autoras escancaram as diversas camadas de violência — física, simbólica e institucional — enfrentadas por mulheres transexuais sob custódia do Estado, reforçando que o respeito à identidade de gênero é dimensão inalienável da dignidade humana, inclusive na execução penal.

Trazendo um recorte empírico de extrema relevância, o capítulo "Déficit de atendimento especializado e violação constitucional aos direitos das vítimas de violência doméstica e familiar contra a mulher: o descumprimento da Lei n.º 14.541/2023 no Norte Pioneiro do Paraná", de Rafael da Silva Melo Glatzl e Keylla dos Anjos Melo Glatzl, confronta o texto legal com a realidade. Ao analisar a 12ª Subdivisão Policial de Jacarezinho/PR, os autores criam categorias analíticas preciosas para denunciar o hiato da descontinuidade qualitativa e da ausência de cobertura territorial na segurança pública protetiva.

No instigante ensaio "Natureza e cuidado: a invisibilização do trabalho de cuidado como um

15.384/2026", de Mayara Grasiella Silvério, Dhiessica Monielen Biava Marcon e Alessandra Brustolin. O estudo examina minuciosamente os obstáculos culturais para a aplicação da nova lei de proteção contra a violência vicária, concluindo que sua eficácia prática está umbilicalmente ligada à adesão obrigatória dos magistrados ao Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero do CNJ.

O ambiente prisional nortista recebe uma profunda avaliação no capítulo "Encarceramento LGBTQIAPN+ em Manaus/AM: análise crítica das condições de custódia à luz dos dados do GMF/TJAM (2024)", de autoria de João Gabriel Cirelli Medeiros, Augusto Rachid Reis Bittencourt Silva e Thiago Augusto Galeão De Azevedo. Articulando dados empíricos de um mutirão social recente, os autores caracterizam de forma precisa o sistema prisional amazonense como um cenário "em transição": houve avanços contra a invisibilidade total, mas a aplicação das normas protetivas ainda se mostra fragmentada e seletiva.

A partir do referencial teórico tridimensional da justiça de Nancy Fraser, o texto "Representação política feminina e justiça social em Nancy Fraser: a presidência de Erika Hilton e a ampliação do enquadramento dos sujeitos políticos femininos", de Lorena Vizzoni da Silva Coelho, Fernanda Martins Prati Maschio e Amanda Netto Brum, analisa um marco institucional histórico. As autoras sustentam que a ocupação de Erika Hilton na presidência da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher atua de maneira profundamente transformativa, deslocando as fronteiras rígidas e interseccionando o próprio sujeito político "mulher".

Ainda sob a genialidade teórica de Fraser, o artigo "Entre reconhecimento e reparação: o dano moral mínimo em violência doméstica sob a perspectiva de Nancy Fraser", produzido por Carla Kunde Soares, Júlia Ferreira Braz Caurio e Fabiane Simioni, faz uma brilhante denúncia empírica. Ao analisarem mais de duas centenas de sentenças e acórdãos do Rio Grande do Sul (2025), as pesquisadoras revelam como a padronização de indenizações em valores irrisórios desloca a mulher do centro da proteção jurisdicional, priorizando

O empoderamento financeiro como escudo ganha centralidade no texto "O empoderamento econômico das mulheres e a violência patrimonial", de Patrícia Pacheco Rodrigues Machida e Samantha Ribeiro Meyer-Pflug. As autoras analisam a violência patrimonial prevista na Lei Maria da Penha em harmonia com a Agenda 2030 da ONU, tecendo também uma crítica severa a propostas legislativas retrocessas — como o PL nº 04/05 — que ameaçam desamparar as mulheres na velhice, caracterizando uma inadmissível violência patrimonial promovida pelo próprio Estado.

Buscando no passado as armas para as lutas do presente, o trabalho "Promotoras Legais Populares Rosa Cabinda: memória, resistência e a desconstrução interseccional do Direito em Juiz de Fora", de Raquel Pinto Coelho Perrota e Laura Barbeto de Freitas, resgata a história de uma mulher escravizada que ajuizou sua ação de liberdade em 1873. Os autores demonstram de forma tocante e rigorosa como esse projeto de educação jurídica popular feminista reconstrói o Direito a partir das margens e democratiza o acesso à justiça em Minas Gerais.

A urgência de novos direitos no ciberespaço é o cerne do artigo "Racismo digital e a violência psicológica virtual contra a mulher", de autoria de Maria Alice de Souza van der Linden. O capítulo provoca o leitor a refletir sobre a complexidade em mensurar a dimensão temporal e espacial dos danos psicológicos causados no ambiente virtual e questiona a eficácia dos planos estatais de enfrentamento para conter crimes que se disseminam de forma veloz e sem fronteiras.

O ciclo vicioso que afasta as mulheres da esfera pública é destrinchado no texto "Sub-representação feminina e violência política de gênero: impactos sobre os direitos da personalidade e a efetividade democrática", de Andressa Juliana Alexandre Pedrochi Alves Feitoza. A pesquisa demonstra com clareza como as agressões, difamações e exclusões institucionais disciplinadas pela Lei nº 14.192/2021 ferem de morte a integridade psíquica e a honra das parlamentares, atuando simultaneamente como causa e efeito de uma democracia

Fechando com chave de ouro, o livro apresenta o artigo "Violência vicária como feminicídio indireto: posituação do vicaricídio e limites da resposta penal no Brasil", escrito por Josiane Petry Faria, Carina Ruas Balestreri e Milena Haubert dos Santos. Dialogando com as lentes teóricas de Heleieth Saffioti e Rita Segato, as pesquisadoras analisam o crime de vicaricídio introduzido pela Lei nº 15.384/2026, propondo a categoria analítica do "feminicídio indireto" quando a aniquilação da mulher ocorre por meio da destruição violenta de seus filhos e vínculos afetivos.

Esta coletânea não foi feita para repousar de forma estática nas estantes acadêmicas. Ela pulsa com a urgência das ruas, dos tribunais, das delegacias e dos espaços digitais. Trata-se de uma leitura indispensável para juristas, advogados, defensores públicos, estudantes e ativistas que buscam um Direito vivo, corajoso e verdadeiramente comprometido com a dignidade de todas as existências.

Convidamos você a abrir estas páginas, a deixar-se inquietar pelas denúncias e a inspirar-se pelas alternativas aqui construídas.

Tenha uma excelente e transformadora leitura!

Fabício Veiga Costa

Professor do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Proteção dos Direitos Fundamentais da Universidade de Itaúna –MG-. Doutorado e mestrado em Direito. Pós-doutorado em Educação, Psicologia e Direito. Especializações em Direito Processual, Direito de Família e Direito Educacional.

Silvana Beline Tavares

Doutora em Sociologia pela UNESP/Araraquara, mestre em Sociologia pela Universidade

Doutora em Direito (2020) e Mestre em Direito (2006) pelo programa de Pós-Graduação Stricto Sensu - Centro Universitário de Bauru - Instituição Toledo de Ensino (ITE). Atualmente é professora de Ciência Política, Direito Constitucional e de Direito Processual Constitucional do Curso de Direito do Centro Universitário de Bauru (CEUB-ITE) e da Faculdade Iteana de Botucatu, bem como de Teoria Geral da Constituição no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu do Centro Universitário de Bauru (CEUB-ITE). Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Público, atuando, principalmente, nos temas que envolvem a liberdade de expressão, o direito de informação e de comunicação, a proteção de dados pessoais e a regulação das plataformas digitais.

NATUREZA E CUIDADO: A INVISIBILIZAÇÃO DO TRABALHO DE CUIDADO COMO UM RECURSO INESGOTÁVEL

NATURE AND CARE: THE INVISIBILIZATION OF CARE WORK AS AN INEXHAUSTIBLE RESOURCE

Fernanda Martins Prati Maschio ¹

Renato Duro Dias ²

Amanda Netto Brum ³

Resumo

O presente artigo analisa a relação entre a exploração da natureza e a invisibilização do trabalho de cuidado, a partir da compreensão de que ambos são apropriados pelo capitalismo como se fossem recursos inesgotáveis. Nesse sentido, a pergunta que orienta este texto é: como a construção histórica da natureza como fonte infinita de recursos encontra paralelo na naturalização do cuidado como obrigação feminina, desprovida de reconhecimento econômico? Parte-se da hipótese de que a lógica de acumulação capitalista se sustenta na extração contínua de valor de esferas não reconhecidas como produtivas, como o meio ambiente e o trabalho reprodutivo, especialmente aquele realizado por mulheres. A pesquisa adota abordagem qualitativa, com base em revisão bibliográfica, mobilizando a teoria crítica, a economia feminista a partir de Silvia Federici, e Nancy Fraser quanto à crise do cuidado como resultado das diversas tarefas exercidas pelas mulheres e invisibilizadas. A partir desse referencial, o objetivo é evidenciar a maneira como o capitalismo depende da apropriação invisibilizada do trabalho de cuidado e da exploração dos recursos naturais para sustentar sua dinâmica de acumulação, externalizando custos fundamentais à reprodução da vida. Como resultado, o estudo aponta que tanto a crise ecológica quanto a crise do cuidado constituem expressões de um mesmo limite estrutural do sistema, revelando o fracasso da ideia de inesgotabilidade que sustenta essa lógica. Conclui-se pela necessidade de reconstrução de paradigmas que reconheçam o valor do cuidado e os limites da natureza, como condição para a promoção de maior justiça social.

Abstract/Resumen/Résumé

This article analyzes the relationship between the exploitation of nature and the invisibilization of care work, based on the understanding that both are appropriated by capitalism as if they were inexhaustible resources. In this sense, the question guiding this text is: how does the historical construction of nature as an infinite source of resources parallel the naturalization of care as a female obligation, devoid of economic recognition? It starts from the hypothesis that the logic of capitalist accumulation is sustained by the continuous extraction of value from spheres not recognized as productive, such as the environment and reproductive work, especially that performed by women. The research adopts a qualitative approach, based on a literature review, mobilizing critical theory, feminist economics drawing from Silvia Federici, and Nancy Fraser regarding the care crisis as a result of the various tasks performed by women and made invisible. From this framework, the objective is to highlight the way in which capitalism depends on the invisibilized appropriation of care work and the exploitation of natural resources to sustain its accumulation dynamics, externalizing costs fundamental to the reproduction of life. As a result, the study points out that both the ecological crisis and the care crisis constitute expressions of the same structural limit of the system, revealing the failure of the idea of inexhaustibility that underpins this logic. It concludes with the need to reconstruct paradigms that recognize the value of care and the limits of nature, as a condition for promoting greater social justice.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Care work, Nature, Capitalism, Invisibilization, Social reproduction

1. INTRODUÇÃO

A organização das sociedades contemporâneas está profundamente marcada por uma lógica de exploração que ultrapassa os limites da produção formal e alcança dimensões frequentemente invisibilizadas, mas absolutamente essenciais à sustentação da vida. Nesse contexto, tanto a natureza quanto o trabalho de cuidado ocupam posições centrais e, paradoxalmente, desvalorizadas: são tratados como recursos disponíveis, apropriáveis e, sobretudo, inesgotáveis. Essa percepção não é natural, tampouco inevitável, mas fruto de um processo histórico que acompanha a consolidação do capitalismo e sua necessidade contínua de expansão e acumulação. (Moraes, 2023)

A partir dessa perspectiva, a reflexão proposta por Silvia Federici (2025), revela-se fundamental para compreender as bases dessa dinâmica. Ao analisar a transição para o capitalismo, a autora evidencia que a acumulação de riqueza não se deu apenas pela exploração do trabalho assalariado, mas também pela apropriação sistemática de esferas não remuneradas, em especial o trabalho reprodutivo realizado pelas mulheres. Como destaca Silvia Federici (2025), o capitalismo se apropria do trabalho das mulheres como se ele fizesse parte das coisas “naturais”, assim como não paga aos rios que polui ou às águas de que se apodera, evidenciando a profunda conexão entre a exploração da natureza e a exploração do cuidado.

Essa analogia não é meramente retórica, isto é, essa comparação não é só uma forma bonita de falar — ela reflete uma realidade concreta e estrutural. Ao longo do desenvolvimento capitalista, a natureza foi concebida como um estoque infinito de recursos, legitimando práticas de extração intensiva sem a devida consideração de seus limites ecológicos.

De forma paralela, o trabalho de cuidado foi naturalizado como uma extensão das capacidades femininas, sendo deslocado para o âmbito privado e excluído das dinâmicas de valorização econômica. Em ambos os casos, opera-se uma mesma lógica de desresponsabilização: aquilo que é considerado “natural” não precisa ser remunerado, regulado ou sequer reconhecido. (Federici, 2019)

Essa racionalidade permite que o capitalismo sustente sua capacidade de acumulação ao externalizar custos fundamentais para sua própria existência. Se, por um lado, a degradação ambiental revela os limites físicos da exploração da natureza, por outro, a sobrecarga do trabalho de cuidado evidencia os limites sociais dessa lógica. Como aponta Federici (2025), caso o sistema tivesse que arcar com os custos reais da reprodução da vida — criando e mantendo as infraestruturas necessárias para garantir que milhões de pessoas estejam aptas ao trabalho diariamente — sua capacidade de acumular riqueza seria significativamente reduzida. A invisibilização do cuidado, portanto, não é um efeito colateral, mas uma condição de possibilidade do próprio capitalismo.

A partir dessa realidade, o presente artigo busca responder ao seguinte questionamento: como a construção histórica da natureza como fonte infinita de recursos encontra paralelo na naturalização do cuidado como uma obrigação feminina, desprovida de reconhecimento econômico? Parte-se da hipótese de que a lógica de acumulação capitalista se sustenta na extração contínua de valor de esferas não reconhecidas como produtivas, como o meio ambiente e o trabalho reprodutivo, especialmente aquele realizado por mulheres.

Quanto à metodologia empregada, a pesquisa foi estruturada a partir de revisão de literatura, a fim de aprofundar as categorias fundantes para o diálogo entre cuidado e natureza. Para a discussão do tema, empreendeu-se uma análise de caráter qualitativo, com o auxílio do método dedutivo, de acordo com os objetivos traçados.

Diante disso, o presente artigo propõe analisar criticamente as conexões entre a exploração da natureza e a invisibilização do trabalho de cuidado, evidenciando como ambas são sustentadas por uma mesma lógica de apropriação capitalista. Ao problematizar a noção de recursos inesgotáveis, busca-se contribuir para a construção de uma reflexão que reconheça os limites dessa racionalidade e a urgência de novos paradigmas, capazes de valorizar o cuidado e respeitar a finitude dos recursos naturais como condições fundamentais para a reprodução da vida.

Nesse cenário, torna-se possível compreender a emergência simultânea de uma crise ecológica e de uma crise do cuidado como expressões de um mesmo esgotamento estrutural. A ideia de inesgotabilidade — tanto da natureza quanto da capacidade humana

de cuidar — revela-se, assim, uma ficção funcional, que sustenta temporariamente o sistema, mas que produz efeitos profundos de desigualdade, exaustão e colapso. As mulheres, historicamente responsáveis pelo trabalho de cuidado, encontram-se no centro dessa tensão, tendo seu tempo, energia e corpos continuamente apropriados sem o devido reconhecimento. Para tanto a presente investigação discute na primeira parte a construção da natureza como recurso inesgotável e na segunda parte a invisibilização do trabalho de cuidado como extensão da “natureza”.

2. A construção da natureza como recurso inesgotável: exploração e apropriação do capitalismo

Na antiguidade e ao longo da Idade Moderna, a ideia de natureza assumia múltiplos significados interligados. No plano individual, dizia respeito às qualidades essenciais, às características próprias e às forças vitais que compõem pessoas, animais e coisas, sendo também relacionada à própria condição humana. Já no âmbito do mundo material, a natureza era compreendida como um princípio dinâmico, dotado de capacidade criadora e reguladora, responsável pelos fenômenos, pelas transformações e pelo desenvolvimento da vida. (Moraes, 2023)

O marco da contemporaneidade tem refletido um falso padrão de “desenvolvimento”, com base nos princípios capitalistas, ensejando diversas mudanças sociais, seja no âmbito da produtividade, da política ou até mesmo das formas de organização social. Tal quadro, em conjunto com o sistema patriarcal, acaba propagando diversas “anomalias sociais”, desencadeando as desigualdades de gênero, bem como a utilização negligente e imponderada dos recursos naturais.

O patriarcado não se resume a um sistema de dominação, modelado pela ideologia machista. Mais do que isto, ele é também um sistema de exploração. Enquanto a dominação pode, para efeitos de análise, ser situada essencialmente nos campos políticos e ideológicos, a exploração diz respeito diretamente ao terreno econômico. (Safiotti, 2013, p. 50)

Essa construção histórica - mulher e a natureza, associam-se, ora como expressão de ordem, ora como representação do caos. Ainda nesse período anterior à modernidade, predominava uma visão orgânica de mundo, na qual a sobrevivência humana dependia de uma relação de interdependência e cooperação com o ambiente natural, sustentada pela

crença de que todos os elementos possuíam vida. Nesse contexto, cada indivíduo desempenhava um papel específico, integrado aos objetivos coletivos da comunidade a que pertencia. (Duro Dias; Netto Brum; Grohs Freire, 2024)

A associação entre mulher e natureza não se limitava a uma metáfora cultural, mas integrava uma lógica de organização social na qual ambas eram percebidas como fontes de cuidado, fertilidade, manutenção da vida e equilíbrio coletivo. Assim, ao mesmo tempo em que a mulher era vinculada ao espaço da reprodução e do cuidado, a natureza também era concebida como uma força materna e provedora, responsável por sustentar a existência humana.

A natureza, por sua vez, era concebida como uma entidade materna, generosa e provedora, responsável por garantir o equilíbrio do universo e suprir as necessidades humanas. Essa representação, amplamente difundida na literatura, na filosofia, na arte e na própria ciência da época, não apenas atribuía significado simbólico à natureza, mas também funcionava como um freio cultural à sua exploração indiscriminada, limitando práticas de uso excessivo e arbitrário de seus recursos. (Duro Dias; Netto Brum; Grohs Freire, 2024)

A passagem da concepção orgânica pré-moderna para uma visão mecanicista do mundo moderno não ocorreu de maneira isolada ou espontânea. Tal transformação foi resultado de profundas mudanças econômicas, tecnológicas, científicas e sociais que acompanharam o surgimento da modernidade e a consolidação do sistema capitalista. A nova racionalidade moderna passou a compreender o mundo a partir de uma lógica pautada no controle, na fragmentação e na produtividade, substituindo progressivamente as concepções anteriores que percebiam a natureza como organismo vivo e integrado à existência humana.

Nesse processo, a própria relação entre humanidade e natureza foi radicalmente alterada. A natureza deixou de ser vista como espaço de interdependência e passou a ser tratada como objeto disponível à exploração, ao domínio e à extração de recursos. Essa lógica mecanicista não apenas legitimou formas intensivas de exploração ambiental, como também influenciou a maneira pela qual corpos e relações sociais passaram a ser organizados, especialmente os corpos femininos e o trabalho reprodutivo, inseridos em uma estrutura voltada à maximização da produção e da acumulação de capital.

A consolidação dessa racionalidade moderna baseada no domínio e na exploração não se restringiu à relação entre humanidade e natureza, mas expandiu-se para as formas de organização social, econômica e política que passaram a estruturar a sociedade ocidental. A mesma lógica que transformou a natureza em recurso disponível à apropriação também incidiu sobre corpos, territórios e populações consideradas subordinadas ou úteis ao projeto de expansão econômica. Nesse contexto, mulheres, povos colonizados e recursos naturais passaram a ocupar posições semelhantes dentro da dinâmica capitalista: objetos de controle, exploração e extração. Assim, a compreensão da modernidade capitalista exige reconhecer que a exploração ambiental, a colonização e a consolidação do patriarcado não constituem fenômenos isolados, mas processos historicamente articulados e mutuamente fortalecidos. (Duro Dias; Netto Brum; Grohs Freire, 2024)

A discussão sobre a construção histórica do patriarcado e a lógica da colonização, evidencia-se como a dominação de outros povos e da natureza, esteve intrinsecamente ligada ao desenvolvimento do capitalismo. Essas relações permitem compreender a sobreposição de sistemas de opressão colonial, patriarcal e ambiental, que continuam a moldar as estruturas sociais contemporâneas. A partir dessa construção, a lógica de acumulação se sustenta na apropriação contínua dos bens naturais, sem a internalização dos custos ambientais, reproduzindo uma relação predatória com o meio ambiente. (Duro Dias; Netto Brum; Grohs Freire, 2024)

A partir do século XVI, com a emergência da visão mecanicista de mundo, instauraram-se transformações profundas na forma de compreender e representar tanto a natureza quanto as mulheres. Esse novo paradigma introduziu dualidades marcantes, alterando percepções anteriormente mais integradas.

Embora a associação entre mulher e natureza tenha sido mantida, ambas passaram a ser ressignificadas de maneira ambivalente: a natureza, antes concebida como mãe generosa e fonte de vida, passa a ser também vista como força selvagem, caótica e passível de dominação; da mesma forma, a mulher, historicamente vinculada ao cuidado e à reprodução da vida, passa a ser retratada como inferior, irracional e potencialmente perigosa. (Moraes, 2023)

Nesse contexto, consolida-se uma lógica de controle que atinge simultaneamente a natureza e o corpo feminino. Assim como se torna necessário dominar e explorar a natureza considerada indomável, também se impõe a disciplina sobre as mulheres, cada vez mais associadas a ideias de desordem moral, sexualidade descontrolada e ameaça à ordem social.

Conforme analisa Silvia Federici(2023) em *Calibã e a Bruxa*, especialmente no contexto da Inglaterra do século XVI, esse processo foi fundamental para a consolidação de novas formas de organização social e econômica, nas quais a subordinação das mulheres e a exploração da natureza passam a desempenhar papel central.

Dessa forma, a relação entre mulheres e natureza deve ser compreendida a partir de uma perspectiva não essencialista. A feminilidade não constitui uma condição fixa ou biologicamente determinada, mas sim uma construção produzida por contextos históricos e sociais específicos.

Sob esse enfoque, a análise ecofeminista parte do entendimento de que a crise ecológica está diretamente vinculada a uma lógica patriarcal, capitalista e eurocêntrica, que sustenta a dominação tanto da natureza quanto das mulheres, estas frequentemente concebidas como parte do mundo natural. Ao problematizar a associação simbólica entre “mulher” e “natureza”, é possível evidenciar que a degradação ambiental também se relaciona com a naturalização da subordinação feminina, legitimada por essa mesma lógica. (Mies, 1996)

Importa destacar que não há, em termos ontológicos, uma maior proximidade entre mulheres e natureza em comparação aos homens. Ambos estão igualmente inseridos, dependentes e constituídos em relação ao mundo natural. No entanto, culturalmente, a identidade masculina dominante foi historicamente construída a partir de um afastamento dessa condição, reforçando a ideia de controle e dominação sobre a natureza e, por extensão, sobre aquilo que a ela foi simbolicamente associado. (Mies, 1996)

O ecofeminismo¹ busca revelar conexões históricas para entender como os sistemas de dominação sobre a natureza e sobre as mulheres foram estruturados ao longo do tempo. Essa corrente teórica vinculou a dominação das mulheres à dominação da natureza e reconheceu os valores e atividades associados às mulheres, incluindo a maternidade e o cuidado.

Neste sentido, busca identificar no sistema patriarcal, hegemônico há tantos anos, o problema para a crise climática atual, pois quando o agronegócio expande, de forma autoritária e desigual, prejudicando os pequenos produtores, da mesma forma machista e misógina como os homens atentam contra os direitos mais básicos da mulher, como o ir e vir e a escolha de ter ou não filhos, é possível ver os impactos dessa desigualdade na preservação da biodiversidade. (Souza e Gálvez, 2008)

Ao garantir uma sociedade mais justa e igualitária, não apenas para as mulheres, mas para os diversos grupos minoritários como um todo, as mulheres ao redor do planeta também contribuem para que o planeta possa ser preservado para as próximas gerações.

3. A invisibilização do trabalho de cuidado como extensão da “natureza”

Para a economia feminista, as atividades de cuidado produzem riqueza e, por conta disso, devem ser consideradas trabalho, mesmo que não seja remunerado. Esse trabalho (de cuidado), na sociedade capitalista patriarcal, é exercido, em sua maioria, fora do mercado de trabalho e sem remuneração. (Safiotti, 2013)

Um ponto interessante de destacar sobre o trabalho de cuidados é que, como sua responsabilidade é, em maioria, das mulheres, este além de gerar discrepâncias monetárias, reproduz também desigualdades em partes não monetárias, como, por exemplo a pobreza de tempo.

A atividade sociorreprodutiva não remunerada é necessária para a existência do trabalho remunerado, para a acumulação de mais-valor e para o funcionamento do capitalismo enquanto tal. Nada disso poderia existir caso faltassem o trabalho doméstico, a criação de crianças, a escolarização, o cuidado afetivo e uma gama de outras atividades que servem para produzir novas gerações de trabalhadores e repor as

¹ O ecofeminismo contando com distintas significações, compõe uma ideia fundamental, que é a existência de uma interconexão entre a dominação da natureza pelos seres humanos e a sujeição feminina aos homens, expressando a predominância de formas patriarcais na estruturação ocidental, que remete o papel da mulher apenas à reprodução social. (Souza e Gálvez, 2008, p. 6)

existentes, bem como para manter vínculos sociais e compreensões compartilhadas (Fraser, 2020, p. 264-265)

A análise da participação feminina na força de trabalho não pode ser reduzida ao nível de desenvolvimento econômico de um país. Embora exista uma relação entre desenvolvimento e inserção das mulheres no mercado formal, essa conexão é mediada por múltiplos fatores sociais, culturais e políticos. Em diversas etapas do processo de modernização, determinadas ocupações passaram a ser associadas, por convenções sociais e estratégias econômicas, à mão de obra feminina. (Moraes, 2023)

Quaisquer que sejam as diferenças entre as várias relações de produção pelas quais as mulheres são “integradas ao desenvolvimento”, ou melhor, subordinadas ao processo global de acumulação de capital, uma coisa é evidente: essa integração não significa que elas se tornem trabalhadoras assalariadas ou proletárias “livres”. Elas também não se tornam empreendedoras “livres”, apesar de toda a retórica usada pelas agências de desenvolvimento. Nem se tornam donas de casa “de verdade”. Pelo contrário. A característica comum a todas as relações de produção e de trabalho descritas anteriormente é o uso da coerção e da violência estrutural ou direta por meio das quais as mulheres são exploradas e superexploradas (Mies, 2022, p. 271).

Isso contribuiu para a concentração de mulheres em setores específicos da economia, como as indústrias têxteis, de vestuário e alimentícia, tradicionalmente vistas como compatíveis com as habilidades atribuídas às mulheres. De modo semelhante, atividades como o trabalho doméstico e funções nos setores de serviços, especialmente em ocupações como professoras, enfermeiras, atendentes comerciais e áreas afins, apresentam significativa participação feminina. (Safiotti, 2013)

Além disso, a inserção das mulheres em ocupações não manuais está fortemente associada à oferta e ao acesso à educação formal. Em sociedades que valorizam a educação feminina, a integração das mulheres em setores qualificados ocorre de maneira mais ampla e acelerada. No contexto brasileiro, observa-se, ao menos até o ensino médio, uma relativa equidade no acesso educacional entre os sexos, o que contribui para a expansão da presença feminina em atividades que exigem maior escolaridade. (Moraes, 2023)

Dessa forma, a dominação e subjugação também constituíram o movimento em relação à mulher. No que se refere ao papel produtivo, foi a mulher banida de qualquer atuação na vida econômica e confinada ao ambiente doméstico. Quanto a reprodução,

também é a mulher marcada pela passividade, uma vez que a ciência moderna institui este conhecimento sob o domínio masculino ao estabelecer a mecanização do corpo feminino. (Shiva, 2021)

Nem mesmo o corpo é fixo suficiente para servir de base ao conhecimento de si e dos outros (Foucault, 2025). O corpo, em especial o feminino funciona como um campo sobre o qual operam diversos silenciamentos e opressões. Como a natureza, o corpo feminino é retratado como objeto epistêmico e, nessa condição, esse funda-se a partir das diversas identidades que o atravessa e é inserido em múltiplos contextos particulares nos quais é ressignificado.

O capitalismo não inventou os conceitos de masculino e feminino, mas os apropriou e reciclou a partir de estruturas patriarcais preexistentes. A própria análise da reprodução da força de trabalho, tal como formulada no interior do marxismo tradicional, é incapaz de explicar por que as mulheres e não os homens são historicamente responsáveis pelo trabalho doméstico.

Nas últimas décadas, diversas abordagens críticas buscaram compreender as múltiplas formas de dominação que estruturam a sociedade capitalista, como a exploração da força de trabalho, a opressão de gênero, o racismo estrutural e a destruição ecológica (Federici, 2017).

Neste subtópico, o foco recai sobre o trabalho de cuidado, analisado a partir de sua construção histórica como atividade naturalizada e, portanto, invisibilizada. A partir das contribuições de Silvia Federici, especialmente em *Calibã e a Bruxa*, é possível observar como o capitalismo se apropriou do trabalho reprodutivo das mulheres como se fosse parte da ordem natural, dispensando sua remuneração e reconhecimento.

Assim, o cuidado é tratado como um recurso inesgotável, assim como a natureza, sendo constantemente exigido sem considerar seus limites humanos, emocionais e materiais. Essa lógica não apenas sustenta a reprodução da força de trabalho, mas também reforça desigualdades de gênero, ao atribuir às mulheres a responsabilidade quase exclusiva por essas atividades.

Além disso, é relevante discutir como a invisibilização do cuidado opera como estratégia estrutural do capitalismo, permitindo a redução de custos e a maximização do

lucro, ao mesmo tempo em que transfere para o âmbito privado — e feminino — a responsabilidade pela manutenção da vida.

Ainda que frequentemente percebidas como expressões naturais da maternidade ou do afeto feminino, essas tarefas representam verdadeiro trabalho de reprodução social, na medida em que produzem e sustentam as condições necessárias para a continuidade da vida coletiva e da própria estrutura econômica. (Fraser, 2020)

Contudo, embora indispensáveis para a sustentação da economia e da vida social, essas atividades permanecem invisibilizadas e desprovidas de reconhecimento econômico. A lógica capitalista tende a valorizar apenas aquilo que produz lucro direto e circulação monetária, relegando o trabalho reprodutivo ao espaço doméstico e feminino como se fosse fruto exclusivo do amor, da vocação materna ou de obrigações naturais das mulheres. (Fraser, 2020)

A lógica da exploração característica do modelo capitalista contemporâneo representa uma dinâmica baseada na extração contínua de recursos considerados inesgotáveis e permanentemente disponíveis para sustentar a produção econômica e a acumulação de capital. Assim como a natureza é historicamente tratada como fonte ilimitada de matéria-prima, passível de exploração sem consideração pelos seus limites de regeneração, o trabalho de cuidado também é apropriado como se fosse um recurso inesgotável, sustentado pela ideia de amor, dever moral ou vocação feminina. (Fraser, 2020)

Mulheres submetidas à sobrecarga constante de responsabilidades domésticas, emocionais e maternas experimentam exaustão física, psíquica e econômica, ao mesmo tempo em que enfrentam a ausência de reconhecimento social e material pelo trabalho desempenhado. De forma semelhante, o meio ambiente sofre processos contínuos de degradação e exaustão decorrentes da exploração predatória dos bens naturais, revelando os limites ecológicos de um sistema orientado pelo crescimento ilimitado.

Em ambos os cenários, aquilo que sustenta a vida — o cuidado e a natureza — é simultaneamente indispensável e invisibilizado. A mesma racionalidade que legitima o domínio sobre a natureza também fundamenta a exploração do trabalho reprodutivo feminino. Mulheres e natureza passam a ocupar posições semelhantes dentro da lógica

capitalista: são concebidas como espaços de provisão contínua, disponíveis à apropriação, ao controle e ao esgotamento.

A desvalorização do cuidado e a destruição ambiental, portanto, não constituem crises separadas, mas manifestações interligadas de um modelo econômico que se sustenta pela exaustão daquilo que garante a reprodução da vida.

Nesse sentido, discutir a crise do cuidado implica também refletir sobre os limites do próprio modelo de desenvolvimento contemporâneo. O esgotamento das mulheres cuidadoras e o colapso ambiental revelam que a lógica de acumulação ilimitada produz uma profunda incompatibilidade com a sustentabilidade da vida humana e dos ecossistemas.

Assim, reconhecer a centralidade do cuidado e da preservação ambiental significa questionar estruturas econômicas e sociais que transformam tanto corpos quanto recursos naturais em instrumentos descartáveis de produção e manutenção do capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões desenvolvidas ao longo deste estudo evidenciam que o trabalho desempenhado pelas mulheres no âmbito doméstico e familiar permanece historicamente invisibilizado, apesar de sua centralidade para a sustentação da vida e da própria estrutura econômica. Ainda que as mulheres participem ativamente do processo produtivo capitalista, o sistema continua a defini-las prioritariamente a partir de seu papel doméstico e reprodutivo, como se o cuidado e a manutenção da vida não constituíssem formas legítimas de trabalho.

Essa lógica revela não apenas a dimensão patriarcal das relações sociais, mas também a própria limitação da concepção dominante de trabalho, fundada exclusivamente na produção de mercadorias e na remuneração monetária.

As análises de gênero são fundamentais para desconstruir as relações desiguais naturalizadas e permitem deslocar a lógica das opressões. Elas têm como fundamento pensar sobre as relações sociais entre mulheres e homens os quais constroem culturalmente regras de convívio em uma determinada sociedade e em um determinado período, isto é, o gênero é uma construção cultural.

A exclusão do trabalho reprodutivo da esfera de reconhecimento econômico permite que o capitalismo se sustente sobre uma ampla rede de atividades invisíveis, desempenhadas majoritariamente por mulheres dentro das famílias. O cuidado com os filhos, a administração da rotina doméstica, a gestão emocional das relações familiares e a reprodução cotidiana da vida permanecem socialmente tratados como obrigações naturais femininas, e não como atividades essenciais para a reprodução da força de trabalho e para a continuidade do próprio sistema econômico. Assim, aquilo que sustenta silenciosamente a economia permanece desprovido de reconhecimento material e jurídico.

Nesse contexto, a divisão sexual do trabalho opera como importante mecanismo de manutenção das desigualdades de gênero. O trabalho doméstico e o cuidado são frequentemente naturalizados como extensões automáticas da fisiologia feminina, especialmente da maternidade, como se a capacidade biológica de gestar implicasse, por consequência, uma predisposição inata para o cuidado e para a renúncia de projetos individuais. Tal naturalização contribui para a desvalorização econômica e simbólica do trabalho reprodutivo, ao mesmo tempo em que reforça expectativas sociais que condicionam as mulheres à posição de cuidadoras prioritárias dentro das famílias.

A análise também demonstra que as desigualdades relacionadas ao cuidado não atingem todas as mulheres da mesma forma. O acesso ao trabalho remunerado, às oportunidades profissionais e à autonomia financeira é atravessado por marcadores de gênero, raça, classe e território, produzindo experiências distintas de vulnerabilidade e exploração. Mulheres pobres, negras e pertencentes às classes trabalhadoras acabam submetidas de maneira ainda mais intensa à sobrecarga do cuidado e à precarização da vida, acumulando jornadas múltiplas de trabalho remunerado e não remunerado, frequentemente sem acesso adequado a redes de apoio e proteção social.

Além das desigualdades de gênero, o presente estudo permitiu compreender que a lógica de exploração capitalista também se articula com formas de dominação sobre a natureza e os ecossistemas. A exploração ambiental e a precarização das condições de vida impactam diretamente as mulheres, sobretudo aquelas responsáveis pela manutenção cotidiana da vida familiar. Sob a perspectiva ecofeminista, torna-se evidente que a opressão das mulheres e a exploração da natureza compartilham a mesma lógica de

apropriação, invisibilização e exaustão de corpos e recursos considerados disponíveis para sustentar um modelo econômico predatório.

A história das mulheres dentro do capitalismo revela, portanto, uma trajetória marcada pela superexploração e pelo controle de seus corpos, de seu tempo e de sua capacidade reprodutiva. As mulheres foram historicamente inseridas em um sistema que as utiliza não apenas como força produtiva, mas também como responsáveis pela reprodução biológica e social da força de trabalho. Nesse cenário, a família nuclear desempenha papel central como espaço de organização e disciplinamento social, transferindo para as mulheres a responsabilidade pela sustentação emocional, material e afetiva necessária ao funcionamento da economia.

As teorias feministas da reprodução social demonstram que o patriarcado, embora anterior ao capitalismo, foi intensificado e reorganizado por ele, consolidando papéis sexuais rígidos e atribuições sociais hierarquizadas. O cuidado passou a ser tratado como dever moral feminino, enquanto o trabalho masculino foi associado à produção, à racionalidade econômica e à construção patrimonial. Essa estrutura não apenas perpetua desigualdades históricas, mas também produz efeitos concretos na autonomia financeira das mulheres, especialmente nos momentos de ruptura conjugal, quando a dedicação ao cuidado frequentemente resulta em dependência econômica, fragilidade patrimonial e dificuldades de reinserção profissional.

Diante disso, torna-se imprescindível reconhecer o trabalho de cuidado como elemento central para a manutenção da vida, da economia e das relações sociais. Compreender a maternidade e o cuidado a partir de uma perspectiva crítica significa ultrapassar a ideia de que tais atividades pertencem exclusivamente ao espaço privado e afetivo, reconhecendo-as como fenômenos políticos, econômicos e jurídicos.

Somente a partir da visibilização do trabalho reprodutivo e da superação das estruturas que naturalizam a exploração feminina será possível construir respostas sociais e jurídicas comprometidas com a igualdade material e com a valorização efetiva da vida e do cuidado.

5 REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. 27. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2024.

DURO, Renato Dias, NETTO Brum, Amanda e GROHS Freire, Simone. (2024). Educação ambiental e visualidades: representações imagéticas na série Jatobá de Rosana Paulino (2019). *REMEA - Revista Eletrônica Do Mestrado Em Educação Ambiental*, 41(2), 359–379.

FEDERICI, Silvia. Caça às bruxas e capital: mulheres, acumulação e reprodução. Tradução de Gisela Bergonzoni. São Paulo: Elefante, 2025.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. 2. ed. rev. São Paulo: Editora Elefante, 2023

FEDERICI, Silvia. O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 19. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2025.

FRASER, Nancy; DE SOUSA FILHO, José Ivan Rodrigues. Contradições entre capital e cuidado. *Princípios: Revista de Filosofia (UFRN)*, v. 27, n. 53, p. 261-288, 2020.

MIES, Maria. Patriarcado e acumulação em escala mundial [livro eletrônico: Mulheres na divisão internacional do trabalho]. São Paulo: Editora Timo, 2022.

MIES, Maria; SHIVA, Vandana. La praxis del ecofeminismo: biotecnología, consumo y reproducción. Barcelona: Icaria editorial, 1996.

MORAES, Maria Vitoria Ferreira. Natureza Enquanto Princípio Feminino: A Resistência Da Mulher E Seus Reflexos No Contexto Socioambiental, v. IV. – Curitiba, PR: CEPEDIS, 2023. Disponível em: <https://direitosocioambiental.org/livros/sumario-mulheres-e-conflitos-socioambientais/> Acesso em 11 de maio de 2026.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1976.

SILVA, Lisiana Lawson Terra da. Mulheres e o mundo do trabalho: a infindável dupla jornada feminina. Rio Grande: Universidade Federal do Rio Grande, [s. d.]. Disponível em: <https://periodicos.furg.br>. Acesso em: 12 out. 2025.

SOUZA, Iriê Prado de; GÁLVEZ, Martha Celia Ramírez. Os sentidos e representações do ecofeminismo na contemporaneidade. In: VI SEPECH - Seminários de Pesquisa em Ciências Humanas, 2007, Londrina: Editora da UEL, 2007. v. 1. p. 88-88. Disponível em: file:///C:/Users/ferna/Downloads/23191_Revisado_PDF-A.pdf . Acesso em: 11 maio 2026.